



Relatório Semestral

Período de 10 de outubro de 2021
a 9 de abril de 2022



OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL





OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Relatório Semestral

Período de 10 de outubro de 2021
a 9 de abril de 2022

Porto Alegre, junho de 2022

Sumário

Expediente.....	6
Apresentação.....	7
Palavra da Ouvidora.....	8
Sobre a Ouvidoria-Geral da DPE/RS.....	12
Resumo das atividades.....	14
Atendimentos individuais	16
Relação com a Sociedade Civil Organizada.....	18
Relações Institucionais.....	21
Participação e Organização de Atividades	25
Aprimoramento Institucional.....	35
Calendário de atividades	36

Expediente

Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul
Marina Ramos Dermmam

Servidores/as da Ouvidoria
Daniel Paulo Caye
Ercília Corrêa Freire Pinto

Estagiários/as
Gabriela Santos de Carvalho
Eduardo Fraga Lemos

Apresentação

Na forma do art. 3, IV, da Resolução CSDPE nº 02/2021, apresentamos o relatório semestral de atividades da Ouvidoria-Geral da DPE/RS.

Neste relatório, que marca um ano do trabalho da ouvidora Marina Dermmam, estão descritas as principais atividades desempenhadas entre o período de 10 de outubro de 2021 a 09 de abril de 2022, que corresponde ao segundo semestre de atividades de seu mandato.

Por meio deste documento, os/as integrantes da instituição e os/as usuários/as do serviço público poderão acompanhar o trabalho realizado pela equipe da Ouvidoria-Geral, especialmente os dados sobre atendimento à população e a relação construída com a sociedade civil.

Desejamos a todos/as/es uma boa leitura e nos colocamos, como sempre, à disposição para o diálogo.

Equipe da Ouvidoria-Geral.

Às Defensorias Públicas, Nenhum Direito a Menos

Por Marina Dermmam



Cappelletti e Garth, em importante estudo feito na década de 80, afirmaram que o acesso à justiça pode ser encarado como o requisito fundamental – *o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar, os direitos de todos* [e todas].

Em um país desigual como o nosso, o acesso à justiça é um enorme desafio que passa pelo fortalecimento das ins-

tuições, o que inclui as do sistema de justiça. Não há dúvidas, e isso não é apenas pelo nosso lugar de fala, que as Defensorias Públicas têm papel central nessa tarefa.

O *status quo* (ou, em bom português, a elite do poder), sabedor da importância da DPE na garantia de direitos do povo pobre e vulnerável, tem atacado fortemente a instituição no último período. Exemplo dessa investida são as ações que tramitaram no Supremo Tribunal Federal. Em uma das ações, o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, questionou o direito de requisição de defensoras/es públicas/os, importante mecanismo utilizado para atendimento da população mais vulnerável. Já uma outra ação, proposta pelo partido político PSL, pede que o STF declare inconstitucional a lei federal que prevê as Ouvidorias Externas.

Na primeira ação, pretendeu-se retirar das DPEs um importante instrumento que permite que defensores/as públicos/as obtenham documentação hábil para propositura de ações judiciais de acesso aos direitos humanos fundamentais. Já a segunda tenta impedir que as/os ouvidoras/es das Defensorias Públicas sejam eleitos pela sociedade civil, cerceando a participação popular no processo de democratização do acesso à justiça.

Nesse cenário hostil, vale perguntar: como efetivar o

acesso à justiça retirando direitos da instituição que luta pela garantia de direitos? A quem interessa o enfraquecimento da Defensoria Pública?

Não tenho condições de responder a esses questionamentos em tão poucas linhas. Apenas sei que a retirada de qualquer direito da Defensoria Pública impacta diretamente a população, pelo cerceamento ao acesso aos direitos, e as instituições democráticas, pelo enfraquecimento de uma instituição essencial para o sistema de justiça.

Insurgir-se contra esse ataque é um dever de todas/os nós. O Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas tomou parte nessa luta e realizou uma série de ações na defesa da instituição. Lançamos o manifesto “Defender as Defensorias Públicas e suas Ouvidorias é garantia de acesso à justiça”, que conta com cerca de 6 mil adesões; organizamos uma rede de Defensores/as das Defensorias, que na plenária de lançamento contou com representações de organizações sociais de todas as regiões do país; e ingressamos na ADI 6.852, na qualidade de *amicus curiae*, juntando parecer jurídico do escritório Tozzini Freire.

As/Os ouvidoras/es entendem que a proteção dos direitos humanos passa pela Defensoria, pois a instituição, no desempenho de sua missão, é capaz de se contrapor aos abusos

do Estado. A busca pela igualdade social também passa pela DPE, pois diariamente defensoras/es e servidoras/es buscam a garantia de direitos da população.

Depois que conquistamos direitos, a luta é pela sua permanência e ampliação, nunca se deve admitir qualquer retrocesso. Se isso acontece, quem retrocede é a sociedade. Quem perde é a democracia, já tão fragilizada nos dias de hoje.

Uma Defensoria Pública forte, e fortalecida pela sociedade civil, é essencial para o acesso à justiça, afirmação da democracia e efetivação de direitos. E é por isso que (re)afirmo: às Defensorias Públicas, nenhum direito a menos!

Sobre a Ouvidoria-Geral da DPE/RS

A Ouvidoria-Geral é um órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), atuando no processo de interlocução entre o/a cidadão/ã e a instituição, garantindo que a manifestação dos/as usuários/as provoque a contínua melhoria dos padrões e mecanismos de eficiência dos serviços e das atividades desenvolvidas pela DPE/RS.

As atribuições da Ouvidoria-Geral encontram regramento na Lei Complementar Federal nº 80/94, na Lei Complementar Estadual nº 14.130/2012, na Lei Estadual nº 13.536/2010 e na Resolução nº 2/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. A partir dessas diretrizes, nossa atuação está assentada em três pilares:

1. Auxiliar na promoção e valorização dos serviços prestados pela Defensoria Pública;

2. Auxiliar a Defensoria em suas relações interinstitucionais; e

3. Auxiliar a Defensoria no contato e articulação com a sociedade e seu público-alvo.

Uma ouvidoria externa propicia mecanismos de controle e participação social, abrindo canais de diálogo direto com a população assistida. Assim, nossa missão primeira é contribuir para que a Defensoria Pública cumpra sua atribuição constitucional de prestação de assistência jurídica e promoção dos direitos humanos, garantindo que haja uma adequada prestação de serviço público, o que inclui o diálogo com a sociedade civil.

Resumo das atividades



Encontros virtuais com a Ouvidoria

Atendimentos individuais

Compete à Ouvidoria receber e processar reclamações, sugestões, críticas, elogios ou quaisquer manifestações relativas ao atendimento da Defensoria Pública.

No nosso cotidiano de trabalho, chamamos esses atendimentos individuais de manifestações de ouvidoria. Durante o período somamos um total de 2.916 (dois mil, novecentos e dezesseis) atendimentos. Desse total, geramos 551 (quinhentos e cinquenta e um) novos protocolos de manifestação de ouvidoria encaminhados às Defensorias Públicas Regionais, Defensoras e Defensores Públicos e/ou servidores/as.

Durante o período ainda persistem os desafios do atendimento remoto, que representam a maioria das manifestações recebidas. Nossos canais de atendimento (telefone e e-mail) con-



2.916
Total de atendimentos



551
Abertura de expediente
administrativos

tinuam sendo as principais portas de entrada de demandas.

Desde janeiro deste ano, estamos enfrentando um novo desafio, que é a ampliação do horário de atendimento da Ouvidoria, que passou a ser das 09h às 19h. Isso se deu para

acompanhar o novo horário de atendimento da instituição, conforme Ordem de Serviço nº 12/2021. Entendemos ser importante garantir o funcionamento da Ouvidoria durante o funcionamento dos serviços da DPE/RS, que tem o Alô Defensoria, a UCAA e DPR Cível do Foro Central de Porto Alegre (DPE junto ao prédio do IPERGS) funcionando pela manhã e as demais sedes das 12h às 19h.

Para que a Ouvidoria funcione dez horas ininterruptas, estamos trabalhando em regime de escala, já que a ampliação do trabalho não foi acompanhada pela ampliação da nossa equipe.

Nossa equipe também tem ampliado o diálogo com as Defensorias Regionais, especialmente para pensarmos conjuntamente encaminhamentos e soluções aos casos individuais recebidos na Ouvidoria. Essa comunicação direta com a Ouvidoria tem aprimorado não só a interlocução interna, mas tem refletido na prestação de serviços aos/às usuários/as da DPE/RS.

Manifestações Atendimentos

<i>E-mail</i>	1.039
Telefone	1.851
Presencial	26
TOTAL	2.916
Pedidos de Informações	2.048
Reclamações	813
Sugestões	1
Elogios	25
Denúncias	7
Outros	22
Novos Protocolos*	551

*Abertura de expediente administrativo

Fonte: Equipe da Ouvidoria da DPE/RS

Relação com a Sociedade Civil Organizada

A Ouvidoria-Geral, no seu papel de promoção da interlocução da Defensoria com a sociedade civil, tem desenvolvido diálogos com diversos movimentos populares e organizações sociais dos mais diversos segmentos.

Nesse primeiro ano de trabalho, foram dezenas de reuniões, contatos e articulações com representações dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pecuaristas familiares, povo de terreiro e ciganos), movimento negro, movimento de mulheres, movimento LGBTIA+, organizações que atuam com pessoas migrantes e refugiadas, organizações de familiares de pessoas em situação de prisão, organizações de luta pela moradia, dentre outros. Auxiliamos esses coleti-

vos organizados a acessar a Defensoria Pública, especialmente os núcleos especializados e as diretorias regionais das unidades da DPE de várias regiões do Estado, para apresentar suas demandas e viabilizar o atendimento a essas comunidades e coletivos organizados.

Neste último semestre, fortalecemos as articulações com comunidades quilombolas, povos indígenas, movimento de mulheres, de moradia, entidades ambientalistas, dentre outros. Destacamos duas dessas pautas tratadas pela Ouvidoria.

Junto com o Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) foram feitas diversas reuniões com entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres, especialmente as organizações Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e Coletivo Femininos Plural, com a Associação de Doulas do Rio Grande do Sul e com a Escola Brasileira de Direitos das Mulheres. A Ouvidoria organizou esses encontros com o NUDEM para estreitar ainda mais o vínculo da instituição com o movimento de mulheres, conhecer

o trabalho desenvolvido pelas entidades e pensar em possíveis parcerias entre a DPE e as entidades.

A Ouvidoria também auxiliou as comunidades quilombolas São Miguel (em Restinga Seca), Morro Alto (em Osório) e Von Bock (em São Gabriel) a acessarem os/as Defensores/as Públicos de seus municípios. Realizamos, ainda, a aproximação do movimento quilombola com a DPE de Canguçu, tendo em vista a importante atuação do Defensor Público para a garantia do direito humano à água das comunidades quilombolas Manoel do Rêgo, Cerro das Velhas, Potreiro Grande, Passo do Lourenço, Maçambique e Armada.

“ O trabalho desenvolvido pela Ouvidoria Externa da Defensoria Pública foi de grande valia em busca da resolução da falta de acesso à água potável pelas comunidades quilombolas de Canguçu, ao passo que aproximou a Defensoria Pública, os movimentos sociais e o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Através do trabalho de articulação desenvolvido, ampliou-se o espectro de participação democrática e popular na Ação Civil Pública nº 5000371-53.2021.8.21.0042.

A via coletiva, no âmbito jurisdicional, para sua efetiva concretização, demanda que a Defensoria Pública, enquanto legitimada processual, descentralize a sua atuação e escute as comunidades atingidas pela violação de direitos humanos que se busca coibir, não só diretamente, mas também através de suas organizações (como o IACOREQRS, no caso específico das comunidades quilombolas), para que então o espaço processual possa efetivamente atender aos anseios das pessoas vulnerabilizadas, enquanto se caracteriza em verdadeiro ambiente de expressão da democracia”.



Thales Vieira dos Santos
Defensor Público



“Em nome do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene/RS), externamos nossos agradecimentos a Ouvidoria da DPE-RS. Destacado algumas ações com êxito para nossa população: Com a comunidade Quilombola de São Miguel de Restinga Seca, com problemas com a concessionária de energia elétrica; Falta de acesso à água potável pelas comunidades quilombolas de Canguçu, entre outras ações que estão sempre à disposição com a prestativa atenção. Ressaltamos ainda a importância de reconhecer e estreitar os laços com as instituições”

Márcio Luís Rosa de Oliveira - Presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE-RS)



“A Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado, neste mandato representada por Marina Dermmam, tem o intuito de aprimorar o diálogo entre a Defensoria Pública, a sociedade civil organizada e o sistema de justiça. A capacidade de Marina de construir elos, entre os mais diversos segmentos, possibilita aprimorar esta prestação de serviço público. Sua ação ganha destaque na defesa dos direitos humanos assegurando espaços ampliados de justiça social e ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. Tal forma de ver o mundo fortalece a atuação que chamamos de *custos vulnerabilis*, que é a atividade precípua da defensoria pública quando alinhada aos princípios da nossa Constituição da República. Vida longa à escuta atenta da Ouvidoria-Geral do RS!”

Júlio Alt - Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH-RS)

Relações Institucionais

Neste um ano de gestão, a Ouvidoria-Geral tem se empenhado em aprimorar o diálogo com as instituições, em âmbito estadual e nacional.

Essas relações se estabelecem tanto no diálogo permanente com conselhos de direito, especial destaque às parcerias estabelecidas com Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE), Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), Conselho Nacional de Segurança Alimentar do RS (CONSEA-RS) e Conselho do Povo de Terreiro (CPTERS), bem como pela participação efetiva em espaços institucionais, como a Comissão Especial de Participação Social do Conselho Nacional de Direitos Humanos

(CNDH), o Comitê Estadual Contra a Tortura (CECT/RS) e o Fórum de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio (FCI).

Também realizamos a aproximação da Defensoria Pública com instituições de ensino superior, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Foram efetivadas parcerias para realização de cursos de formação e seminários, realizadas conversas sobre projetos conjuntos para garantia de acesso à justiça e consulta com acadêmicos/as de referência sobre o expediente de padronização do atendimento que tramita no Conselho Superior.

Junto à Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP) firmamos importante parceria para concessão de bolsas integrais para o Curso Preparatório à Carreira de Defensora e de

Defensor Público. Com a iniciativa foram indicados/as, pela Ouvidoria e movimentos sociais, cinco bolsistas de diferentes perfis: um jovem quilombola, um indígena da etnia kaingang, uma mulher negra, um homem trans e um assentado da reforma agrária.



A gestão da Marina Dermmam à frente da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul tem representado um enorme avanço em vários sentidos.

Especificamente no que se refere à FESDEP, a parceria tem rendido cursos sobre temas de extrema relevância e inéditos, que provocam uma atuação mais proativa e qualificada em áreas onde ainda atuamos timidamente (como direito indígena e direitos da natureza).



Patrícia Kettermann
Diretora-Presidente
da FESDEP

Além disso – e se trata de algo de extrema relevância –, a partir desta atuação conjunta, a Ouvidoria Externa passou a indicar (anualmente) cinco pessoas integrantes de grupos vulnerabilizados para receberem bolsa de estudos integral no Curto Extensivo preparatório à Carreira de Defensora e Defensor Público. Estas pessoas são escolhidas através da articulação entre a Ouvidoria e movimentos sociais, garantindo que tenham efetivo desejo de aprovação e perfil para compreender a importância de integrar o sistema de justiça a partir deste local de fala e com a possibilidade de manejo de todo o instrumental legislativo da Defensoria Pública.

Marina está de parabéns e a FESDEP muito grata por este trabalho comprometido e de excelência que ela está desenvolvendo na Ouvidoria Externa.



“Considero que a ação construída pela FESDEP, Ouvidoria e movimentos sociais com a finalidade de possibilitar que indivíduos, com diferentes marcadores sociais, quais sejam raça, etnia, classe social, gênero e orientação sexual, tenham acesso a uma formação complementar essencial para a carreira de Defensor/a Público/a é de extrema importância para alcançar um patamar de justiça equitativa em nosso país”.

Arilson da Rosa Jesus - Quilombola residente na comunidade Vila Miloca, Lagoão - RS



“Essa parceria entre a FESDEP, Ouvidoria e movimentos sociais, é sem dúvidas, um grande avanço para alcançarmos espaços que não teríamos condições de pagar por um curso tão completo. Esta é uma chance ímpar de demonstrarmos que as instituições públicas, principalmente aquelas de maior magnetismo, poderão, sim, serem ocupadas por pessoas excluídas daquela seletividade que existe, principalmente por estarmos longe do patamar econômico que se espera”.

Géverton Cenci - Assentado em Ulha Negra, Município de Joia - RS



“Somente com iniciativas como a bolsa da FESDEP é que os povos indígenas poderão ter possibilidade, preparo e condições de estarem acessando esses espaços necessários, visto que os mesmos não se fazem presentes no nosso dia a dia. Assim, haver bolsistas indígenas na FESDEP é um passo importante na busca pela justiça social e reparação histórica com os povos indígenas, ampliando e possibilitando que a diversidade étnica também se faça presente nos mais variados espaços, dentre eles as Defensorias Públicas”.

Marcos Vesolosquzi - Kaingang, Integrante do Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)



“Crescer e construir uma carreira sendo oriunda de comunidade menos privilegiada, nos coloca desafios financeiros. Diante disso, esta ação construída junto aos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro Unificado (MNU), no qual faço parte, é de suma importância e uma oportunidade enriquecedora, pois dará a oportunidade de pessoas comprometidas a ajudar grupos sociais menos favorecidos e representados a ingressarem nos quadros da Defensoria de forma a ajudar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária”.

Letícia Paim Talavera - Integrante do Movimento Negro Unificado (MNU)

Participação e Organização de Atividades

A Ouvidoria desenvolveu atividades de debates e rodas de conversa virtuais em parceria com a Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS), Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), Associação de Juízes para a Democracia (AJD), Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas (CNOP).

13

Atividades organizadas ou com a participação da Ouvidoria

Em Defesa das Defensorias Públicas

Com o Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas auxiliamos na mobilização do ato público em apoio às Defensorias Públicas, que reuniu dezenas de movimentos sociais de todo o país na semana que antecedeu o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) de ação que questionava o po-



der de requisição das Defensorias Públicas. O ato foi uma das ações da “**Rede de Defensores das Defensorias**”, lançada pelo CNODP para mobilizar diversas ações da sociedade civil frente às ameaças que as DPEs vêm sofrendo referente a sua estrutura e atribuições. Além do ato público, a Rede e Defensores das Defensorias lançou um manifesto com mais de 6 mil adesões, contando com adesões de movimentos sociais, parlamentares, Defensores/as Públicos e cidadã/os.

Direitos da Natureza

A Ouvidoria-Geral juntamente com a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), o Instituto Preservar juntamente à Associação de Juízes para a Democracia (AJD) e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), promoveu, entre os dias 9 e 10 de abril, o Seminário Nacional sobre “**Direitos da Natureza e o papel do Sistema de Justiça frente às mudanças climáticas**”. O curso teve como objetivo possibilitar a qualificação jurídi-

SEMINÁRIO NACIONAL: 09 e 10 abril

DIREITOS DA NATUREZA E O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Inscrições: fesdep.org.br

I - DIREITOS DA NATUREZA: DESAFIOS PARA OS SISTEMAS DE JUSTIÇA LATINO-AMERICANOS	Carlo Frederico Marín (PLUCPR) Veranda Merra (AJD) Mediação: Emílio Maldonado (FRC/PCMC/Personal)
II - AS LUTAS POR DIREITOS DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE ÀS CORPORações DA MEGAMINERAÇÃO	Cristina Pires - Frente Mexica (CMRS) Therese Masi (KOCU/FPFR, EPMS e DMI/MAB) Tizell Lombardi (MAM) Mediação: Eduardo Quadros Rogge (CCMRS, AMA-Cualis)
III - LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA SOCIOAMBIENTAL E INCIDÊNCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA	Náaira Bittencourt (TERRA DE DIREITOS/ENAP) Fernando Pinheiro (Instituto Socioambiental/CSNAG) Mediação: Andréia Filizetti Caspary (Juízes de Defesa Ambiental da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul)
IV - O JUDICIÁRIO BRASILEIRO DIANTE DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: contribuições para o fortalecimento e a mitigação dos instrumentos previstos na PNMC e na PCMC	Claio Rogério (CS) Andréia Cato (MPT/ABRAMPA) Tatiane Santos Martins da Rosa (FPCS) Mediação: Ana Inês Lacerda (APJ)

Organização:

Apoiar:



Aponte sua câmera para esse QR Code e assista o primeiro dia do curso “Direito da Natureza e o papel do Sistema de Justiça frente às mudanças climáticas” no canal do Youtube da FESDEP

co-política dos diversos atores do sistema de justiça e contribuir no aprimoramento de teses jurídicas para litigâncias estratégicas na área ambiental a partir da perspectiva inovadora dos “Direitos da Natureza” e a necessidade de ampliar a utilização das ferramentas jurídicas criadas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e pela Política Gaúcha de Mudanças Climáticas (PGMC).

Acesso Quilombola à justiça

No dia 1º de abril deste ano, a Ouvidoria participou do Seminário “Acesso Quilombola à justiça no Brasil e o papel das defensorias públicas – Região Sul”, como uma das atividades da pesquisa executada pelo Laboratório de Pesquisa e Extensão com Povos Tradicionais, Ameríndios e Afro-americanos (LaPPA/ CERES/ IFCH/ UNICAMP) e pelo Núcleo Afro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Afro-Cebrap) em parceria com o Fórum Justiça (FJ), Co-



ordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Defensoria Pública da União (DPU), Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) e Conselho Nacional de Ouvidorias Externas. O objetivo do evento foi reunir os principais personagens envolvidos nos processos de acesso quilombola à justiça em cada uma das grandes regiões do país, e produzir balanços sobre a atuação direta ou indireta, judicial ou extrajudicial, das Defensorias Públicas Estaduais e da União nessa condição de acesso à justiça.

Atingidos por empreendimentos minerários

Durante o Curso de Verão “Direitos da Natureza, Extrativismos e Litigância Climática”, realizado entre os dias 15 e 18 de fevereiro de 2022, a Ouvidoria-Geral da DPE/RS e a Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS) organizaram uma **roda de conversa entre defensores/as públicos/as e comunidades atingidas por grandes empreendimentos minerários no Rio Grande do Sul**. O encontro debateu com os/as participantes os principais projetos de mineração no Estado, com ênfase nos impactos ambientais e sociais causados nas comunidades.





Mário Rheingantz
Presidente da
ADPERGS

“A Ouvidoria da DPE/RS vem sendo uma grande parceira das Defensoras e Defensores na construção de estratégias para assegurar os Direitos Humanos junto à Sociedade Civil, fazendo uma interlocução importante, apontando as principais pautas em que as pessoas e os grupos em situações de vulnerabilidades, e direcionando de diversas formas as prioridades de atuação. O trabalho pessoal da Marina Dermmam, com uma capacidade de trânsito com os movimentos sociais, aliada à capacidade de construção de políticas internas com as Defensoras e Defensores Públicos, é responsável pela aproximação da DPE com as pessoas em relação às quais devemos prestar serviços, sendo a nossa missão institucional. Vários foram os projetos realizados em parceria, inclusive com a Associação dos Defensores e Defensoras Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, parabéns por mais esse período exitoso de trabalho.”



Eduardo Raguse
Comitê de Combate
à Megamineração no
Rio Grande do Sul

“No sentido de seguir buscando apoios para a defesa dos direitos socioambientais das comunidades atingidas, foi articulada uma roda de conversa no âmbito do curso Direitos da Natureza, Extrativismos e Litigância Climática. Tal ação foi promovida em parceria com a Ouvidoria-Geral da DPE/RS e com a ADPERGS, contando com a participação de defensoras que trabalham nas áreas de mineração, que puderam, junto aos participantes do curso, escutar os relatos dos moradores. Entendemos que o momento foi bastante importante, tanto para registrar as falas da comunidade atingida como para expor a temática à Defensoras Públicas, entendendo que a Defensoria Pública pode cumprir um papel relevante neste tipo de conflito socioambiental, em articulação com os movimentos da sociedade civil organizada e com as comunidades, visando à garantia de direitos fundamentais”.

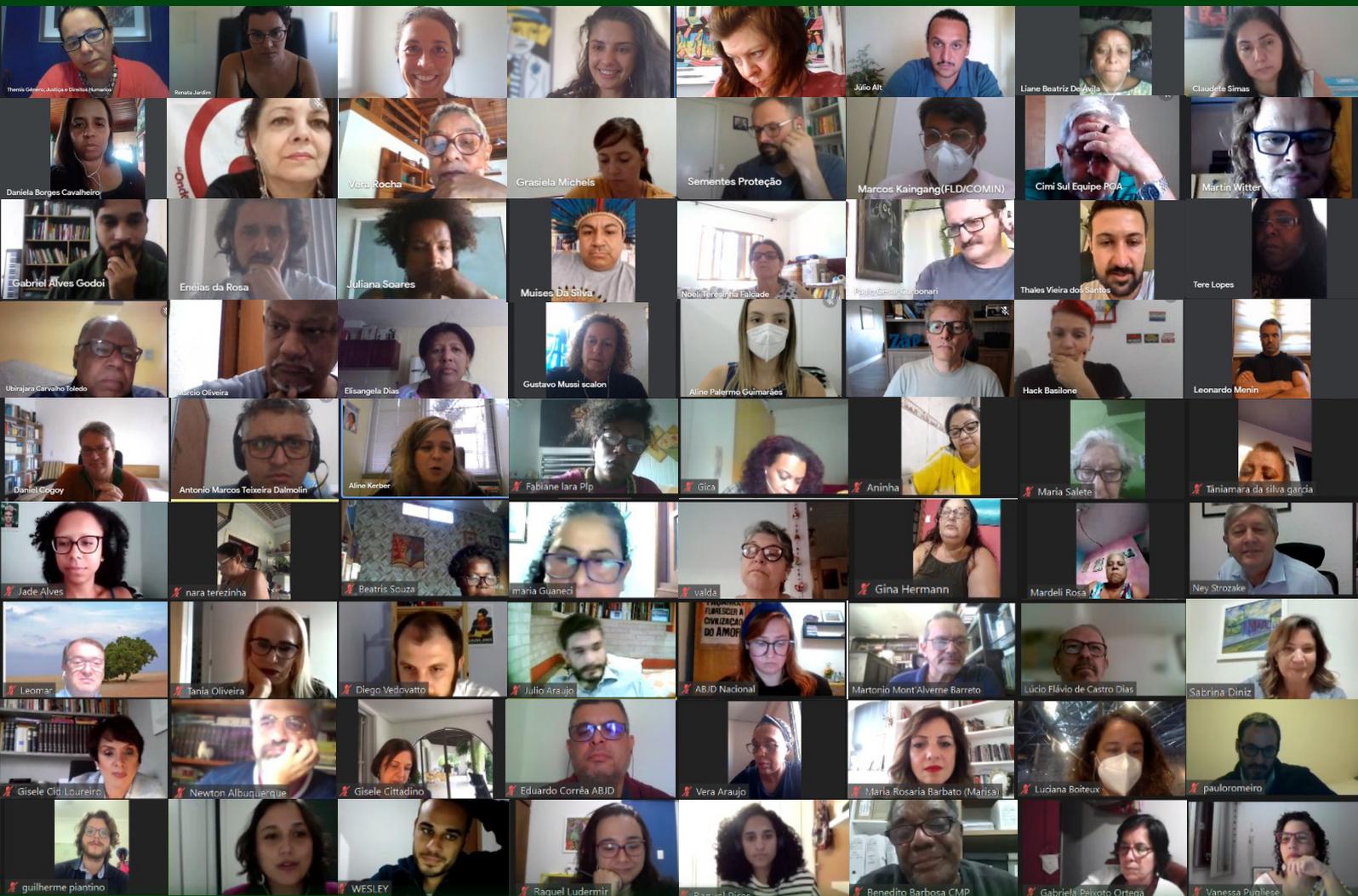
“



Marcelo Cafrune
Professor do
Curso de Direito
da Universidade
Federal do Rio
Grande (FURG)

“A Ouvidoria é atividade desafiadora, especialmente, em um contexto de agravamento das desigualdades sociais. De um lado, ampliam-se a complexidade e o volume de demandas; de outro, são muitas as dificuldades para implementar mecanismos de ampliação do acesso à justiça. Nesse contexto, é elogiável a altivez da Dra. Marina Dermmam, que, a exemplo da Roda de Conversa, tem criado espaços de escuta qualificada dos grupos sociais populares para ampliar suas vozes e dar visibilidade às suas lutas”.





Thamís Oliveira, Justiça e Direitos Humanos
Renata Jardim
Vera Rocha
Grasiela Michels
Sementes Proteção
Marcos Kangang (FLD/COMIN)
Liane Beatriz De Araújo
Claudete Simas
Daniela Borges Cavaleiro
Enéjas da Rosa
Juliana Soares
Muisés Da Silva
Nobeli Teresinha Falcão
Pedro César Carbonari
Cimi Sul Equipe POA
Martin Witter
Gabriel Alves Godói
Eliângela Dias
Gustavo Mussi scalon
Aline Palermo Guimarães
Thales Vieira dos Santos
Tere Lopes
Ubirajara Carvalho Toledo
Rafaelo Oliveira
Antonio Marcos Teixeira Dalmolin
Antonio Kerber
Fabiane Iara Pip
Gica
Aninha
Hack Bastione
Leonardo Menin
Daniel Gorgoy
Antonio Marcos Teixeira Dalmolin
Aline Kerber
Fabiane Iara Pip
Gica
Aninha
Maria Salete
Tâniama da Silva Garcia
Jade Alves
nara terezinha
Beatris Souza
maria Guaneci
valda
Gina Hermann
Mardeli Rosa
Ney Strozake
Leomar
Tania Oliveira
Diego Vedovatto
Julio Araujo
ABJD Nacional
Martonio Mont'Alverne Barreto
Lucio Flávio de Castro Dias
Sabrina Diniz
Gisele Chi Loureiro
Newton Albuquerque
Gisele Cittadino
Eduardo Corrêa ABJD
Vera Araujo
Mariana Rosaria Barbato (Mariana)
Luciana Boiteux
pauloromeiro
guilherme plantino
WESLEY
Raquel Ludermir
Raquel Pires
Benedito Barbosa CMP
Gabriela Pélvoto Ortega
Vanessa Pugliese

Encontros virtuais com a Ouvidoria



Aprimoramento Institucional

Aprimoramento Institucional

Neste primeiro ano de trabalho foram realizados alguns ajustes importantes no trabalho da ouvidoria, destacando o novo horário de funcionamento do órgão e a elaboração do novo material institucional da ouvidoria. Também passamos a instituir um regime de plantão durante o recesso forense, de forma a dar suporte à Administração e aos/às assistidos/as nos plantões, entre os dias 20 de dezembro de 2021 e 06 de janeiro de 2022, regulamentado pela Ordem de Serviço nº 06/2021.

Como estratégia de aproximação entre a Defensoria Pública e movimentos sociais, destacamos a entrega das relatorias das rodas de conversas organizadas pela Ouvidoria-Geral e ADPERGS com o Movimento Negro e Povos Tradicionais ao Defensor Público-Geral. Os documentos sintetizam uma série de sugestões de aprimoramento institucional no combate ao racismo e todas as formas de discriminação, bem como apresentam importante síntese das demandas dessas populações. Ainda, participamos do XXIV Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos. No evento, a ouvidoria, junto aos movimentos sociais, teve um espaço especial, que proporcionou o diálogo direto com os/as participantes do encontro.

Calendário de atividades

Período de 10 de outubro de 2021
a 9 de abril de 2022



Outubro

DATA	AGENDA
13/10/21	Audiência Pública da DPU sobre o tema “Pessoas em Situação de Prisão e Enfrentamento à Tortura”;
13/10/21	Reunião com a FURG e Instituto Preservar sobre curso Direitos da Natureza;
14/10/21	Reunião do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH);
18/10/21	Reunião com MNU (Movimento Negro Unificado);
18/10/21	Reunião com a comissão indígena do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Conselho Nacional de Direitos Humanos;
20/10/21	Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNODP) com DPGE da DPE do Amapá;
20/10/21	Audiência Pública - Comissão de Segurança e Serviços Públicos ALRS - TEMA: Direito à Moradia e Crédito em Tempo de Pandemia;
21/10/21	Mesa-Redonda: A Desterritorialização dos Povos Indígenas Através das Práticas de Arrendamentos de Terras (Organização: Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul);
21/10/21	Reunião do Fórum de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio;
21/10/21	Oficina Gramática Jurídica da Campanha Despejo Zero - RS - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), RENAP e DPES;



Outubro

DATA	AGENDA
-------------	---------------

22/10/21	Reunião Grupo de Trabalho de combate à violência contra a População Negra;
----------	--

26/10/21	Reunião Conselho Nacional de Ouvidorias;
----------	--

27/10/21	Reunião IHU Unisinos;
----------	-----------------------

28/10/21	Reunião Comitê Estadual de Combate à Tortura;
----------	---



Novembro

DATA AGENDA

- 03/11/21 Reunião com Lucélia Gomes - ONG Sempre Mulher;
- 04/11/21 Comitê Estadual contra a Tortura;
- 04/11/21 Reunião CIMI - Resolução nº 287/2019 CNJ;
- 04/11/21 Reunião Fórum Justiça - Cidades;
- 09/11/21 Reunião com Defensor Pedro Carriello (DPE/RJ) e Conselho Nacional de Ouvidorias;
- 10/11/21 Oficina Projeto Sementes de Proteção "Proteção popular de defensores/as de direitos humanos";
- 11/11/21 Seminário ABJD - controle externo do Sistema de Justiça;
- 11/11/21 Ato em Favor das Defensorias e Ouvidorias - CNODP;
- 12/11/21 Lançamento do Dossiê intitulado "Contra o Pacote do Veneno em Defesa da Vida";
- 15/11/21 Lançamento do Atlas da presença quilombola em Porto Alegre;
- 16/11/21 Ato por políticas públicas para as populações periféricas e contra à fome;
- 16/11/21 Abertura Oficial da XII Semana da Consciência Negra da Assembleia Legislativa do RS;
- 17/11/21 Reunião com FESDEP - Dra. Patrícia Kettermann e Dra. Ana Carolina Sampaio;
- 17/11/21 Sessão Solene do Dia da Consciência Negra - ALRS;



Novembro

DATA AGENDA

18/11/21 Reunião ordinária CEDH;

18/11/21 Reunião Fórum Permanente de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio;

18/11/21 Reunião Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNOOP) e Prof. José Vicente (Reitor da Universidade Palmares);

19/11/21 Evento da ONG NUANCES - abertura exposição Nega Lu;

22/11/21 Reunião com Defensor Público-Geral, presidente da ADPERGS e representações dos movimentos sociais para entrega das relatorias das rodas de conversa;

23/11/21 Reunião com NUDEM;

23/11/21 Reunião Plenária do CONSEA e FESANS;

25/11/21 Reunião com o coordenador do Programa Fazendo Justiça, para apresentação da Rede de Atenção às Pessoas Egressas;

26/11/21 Reunião sobre organização de Curso de Direitos de Indígenas (FESDP e Fórum Justiça);

29/11/21 Reunião com COMIN, Comissão étnico-racial da Anadep e Defensora Pública de Tenente Portela;

29/11/21 Reunião da Comissão Especial de Participação Social - CNDH;



Dezembro

DATA AGENDA

- 01/12/21 Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas;
- 01/12/21 Reunião com NUDEM e Coletivo Feminino Plural;
- 02/12/21 Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas;
- 02/12/21 Reunião do Conselho Superior da DPE;
- 02/12/21 Comitê Estadual contra a Tortura;
- 03/12/21 Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos;
- 06/12/21 Reunião com a Deputada Federal Fernanda Melchionna;
- 09/12/21 Entrega do relatório semestral ao SINDPERS;
- 09/12/21 Atividade 40 anos ADPERGS;
- 10/12/21 Reunião do CEDH - homenagem aos 40 anos da ADPERGS;
- 10/12/21 Lançamento da Plataforma de Liberdade Artística - Artigo 19;
- 13/12/21 Entrega do Relatório Semestral Ouvidoria à FESDEP;
- 14/12/21 Reunião Fórum Justiça;
- 15/12/21 Ato de Solidariedade às famílias atingidas pela deriva de agrotóxicos na Região Metropolitana de Porto Alegre;



Dezembro

DATA AGENDA

15/12/21 Reunião GT indígena CEDH;

16/12/21 Atividade Projeto Sementes de Proteção defensores/as de direitos humanos;

16/12/21 Reunião anual do Fórum Permanente de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio;

17/12/21 Reunião com a SUBADM sobre recesso forense;

17/12/21 Entrega relatório semestral DPG;

20/12/21 Reunião UNISINOS;



Janeiro

DATA	AGENDA
07/01/22	Reunião IACOREQ - caso Quilombo São Gabriel;
11/01/22	Reunião Fórum Justiça - Cidades;
12/01/22	Reunião IACOREQ - Quilombolas São Gabriel;
13/01/22	Reunião com ADPERGS;
14/01/22	Reunião com UNISINOS e Defensor Marcelo Candiago;
17/01/22	Reunião Conselho Superior;
18/01/22	Reunião com NUDEM e Escola Brasileira de Direito das Mulheres;
18/01/22	Reunião com NUDEM e ONG Coletivo Feminino Plural;
19/01/22	Reunião com NUDEM e ONG Themis;
27/01/22	Assembleia de Convergência “Resistência urbana pelo Direito à cidade e contra violações e despejos” - Fórum Social das Resistências;
28/01/22	Reunião Quilombo Von Bock (São Gabriel), Dr. Marcelo Bartmann e IACOREQ;
31/01/22	Posse Presidente ALERGS;



Fevereiro

DATA	AGENDA
04/02/22	Reunião Associação dos Juízes pela Democracia (AJD) - curso Direitos da Natureza;
04/02/22	Reunião Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos;
07/02/22	Reunião organização Curso Direitos da Natureza - FURG;
07/02/22	Reunião Conselho Nacional de Ouvidorias e Defensor Público-Geral Pernambuco;
08/02/22	Reunião com a Presidenta da ANADEP, Dra. Rivana Ricarte - pelo Conselho Nacional das Ouvidorias;
10/02/22	Reunião Ordinária CEDH/RS;
11/02/22	Reunião AJD - curso Direitos da Natureza;
11/02/22	Reunião com DPE de Uruguaiana e Conselho Estadual do Povo de Terreiro;
14/02/22	Oficina Estadual - Sementes da Proteção Popular: Defendendo Vidas;
14/02/22	Reunião NUDEM e Associação de Doulas do Rio Grande do Sul (ADOSUL);
15/02/22	Reunião com ADPERGS, SINDPERS e Defensoras Conselheiras do CSDPE Márcia Guedes Só e Juliana Abdel;
16/02/22	Reunião Dr. Thales (DPE Canguçu), CEDH, CODENE, CONAQ e IACOREQ;
17/02/22	Reunião Campanha Despejo Zero RS;



Fevereiro

DATA	AGENDA
------	--------

17/02/22	Reunião com Defensora Kedi Bagetti, CEDH, CIMI, COMIN e Instituto Kaingang;
----------	---

18/02/22	Oficina curso de verão “Direitos da Natureza”;
----------	--

18/02/22	Reunião Conselho Superior DPE;
----------	--------------------------------

22/02/22	Despejo Zero RS;
----------	------------------

22/02/22	Reunião com FESDEP sobre organização do Curso de Direito Indígena;
----------	--

23/02/22	Reunião Defensoria Pública Regional de Direitos Humanos (DPU);
----------	--

23/02/22	Plenária das Organizações de Direitos Humanos da Sociedade Civil do Rio Grande do Sul;
----------	--

24/02/22	Reunião anual do Fórum Permanente de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio;
----------	--



Março

DATA

AGENDA

- 03/03/22 Reunião da Campanha Despejo Zero - RS com o presidente da Assembleia Legislativa;
- 03/03/22 Assembleia Geral Eleitoral da Associação de Promotoras Legais Populares do Rio Grande do Sul - APLPRS;
- 04/03/22 Reunião com AJD e FESDEP - Curso Direitos da Natureza;
- 07/03/22 Reunião Dra. Flávia Rumi (NUDEAM) e campanha Despejo Zero;
- 07/03/22 Reunião Diretor Direitos Humanos SCIASDH e Comissão Indígena CEDH;
- 07/03/22 Reunião Professora Luciana Gross (FGV) e Defensora Pública Márcia Guedes;
- 08/03/22 Reunião Professora Lígia Madeira - UFRGS e Defensora Pública Márcia Guedes;
- 08/03/22 Evento ONG Themis;
- 09/03/22 Reunião Dra. Mariana Salla (Def. Restinga Seca) + CODENE + Quilombo São Miguel;
- 09/03/22 Reunião Ouvidoria e Diretora Regional DPE Cachoeirinha;
- 10/03/22 Reunião Professora Karinne - UFPEL e Defensora Pública Márcia Guedes;
- 10/03/22 Reunião do Pleno do CEDH-RS;
- 10/03/22 Reunião Fórum Justiça Cidades;



Março

DATA	AGENDA
14/03/22	Reunião Procurador-Geral de Justiça;
14/03/22	Movimento Negro Unificado;
14/03/22	Reunião Professora Karinne - UFPEL e Dr. Marcelo Candiago;
15/03/22	Entrevista pesquisa ANADEP “Quilombos e Acesso à Justiça: atuação da Defensoria Pública”;
16/03/22	Reunião com ADPERGS e Bancada Negra da Câmara de Vereadores de Porto Alegre;
16/03/22	Reunião Ouvidoria e Defensora Fernanda Santos Peres;
17/03/22	Campanha Despejo Zero - RS;
17/03/22	Grande Ato Contra os Despejos no RS - Campanha Despejo Zero - RS;
18/03/22	#19FestadaColheitadoArrozAgroecológico;
21/03/22	Reunião Comissão Jurídica Nacional Campanha Despejo Zero - RS;
21/03/22	Marcha estadual pela vida e liberdade Religiosa do RS;
22/03/22	Reunião ordinária CECT - Conselho Estadual de Combate à Tortura;
23/03/22	Reunião de trabalho com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da ALERGS;
24/03/22	Reunião do FCI - Fórum de Combate à Intolerância e discurso de ódio;



Março

DATA

AGENDA

24/03/22 Reunião de Pré-Missão Campanha Despejo Zero - RS;

24/03/22 Audiência Pública ALRS - Ressignificação de símbolos ligados à Escravidão Negra;

25/03/22 Reunião Conselho Superior da DPE;

28/03/22 II Seminário Polígonos de Exclusão de Pulverização Aérea de Agrotóxicos da Região Metropolitana de POA (RS);

28/03/22 Reunião Despejo Zero - RS;

29/03/22 Reunião FESDEP e Movimentos sociais;

30/03/22 Reunião da Comissão Especial de Participação Social;



Abril

DATA	AGENDA
01/04/22	Seminário “As Defensorias Públicas no Acesso Quilombola à Justiça” - Organização: Fórum Justiça, ANADEP, DPU, CNODP;
04/04/22	Reunião Conselho Nacional de Ouvidorias, Condege, Anadep, Conselho de Corregedores, CNDH e Campanha Despejo Zero - RS;
06/04/22	Seminário: O Guaíba à Margem da Lei - AGAPAN - ALRS - Instituto Ingá - Movimento de Justiça e Direitos Humanos;
09/04/22	Seminário Nacional Direitos da Natureza e o Papel do Sistema de Justiça Frente às Mudanças Climáticas;



OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL